

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA PÚBLICA: INSTRUMENTO PARA REDUZIR DESIGUALDADES?

Anilton Santos Batista ¹ Maria Gracilene de Carvalho Pinheiro ²

RESUMO

A educação financeira tem se tornado um tema essencial no contexto escolar. Na escola pública, onde muitos alunos enfrentam desafios econômicos significativos, o ensino dessa temática se faz essencial, pois a falta de conhecimento sobre planejamento financeiro pode resultar em endividamento e dificuldades na vida adulta, tornando a inclusão desse ensino uma estratégia fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes financeiramente. Este estudo tem como objetivo analisar a importância da educação financeira nas escolas públicas e seu impacto na vida dos alunos, além de investigar como o Ministério da Educação (MEC) tem abordado esse tema em suas diretrizes Assim, procurou-se compreender como a educação financeira está sendo incorporada ao currículo escolar. A pesquisa adota, portanto, uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultados artigos acadêmicos, livros e documentos oficiais do MEC. Os resultados apontam que o ensino de finanças pessoais desde a Educação Básica pode contribuir para a construção de hábitos financeiros saudáveis, proporcionando aos alunos maior autonomia e capacidade de tomar decisões econômicas conscientes e responsáveis no futuro. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluiu a educação financeira como um tema transversal, o que representa um avanço significativo. No entanto, desafios ainda existem, como a falta de formação dos professores e a necessidade de materiais didáticos mais adequados. Conclui-se que a implementação eficaz da educação financeira nas escolas públicas pode ter um impacto positivo na sociedade, ajudando a reduzir a desigualdade econômica, promovendo maior estabilidade financeira entre as famílias. Para isso, é essencial que políticas públicas sejam fortalecidas, garantindo a formação continuada dos professores e a ampliação do ensino dessa temática em todo o país.

Palavras-chave: Educação financeira, Escolas Públicas, Ministério da Educação, Formação Continuada de Professores, Políticas Educacionais.

INTRODUÇÃO

A crescente complexidade do mundo financeiro, marcada pela expansão do crédito, pela digitalização bancária e pelas constantes mudanças econômicas, torna a educação financeira um tema indispensável à formação dos cidadãos. No Brasil, essa discussão ganha ainda mais relevância quando se considera que grande parte da população vive em situação de vulnerabilidade econômica, com pouco acesso a informações sobre planejamento financeiro. Essa realidade se reflete diretamente na



























¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar, anilton batista@ufdpar.edu.br;

² Professor orientador: Doutora, Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPar, gracilenepinheiro@ufdpar.edu.br.



vida cotidiana das famílias, que enfrentam dificuldades para organizar seus gastos, lidar com o consumo imediato, compreender as taxas de juros ou planejar investimentos de longo prazo. Em um cenário em que o endividamento é comum e as ofertas de crédito estão cada vez mais acessíveis, a ausência de conhecimentos básicos de educação financeira torna-se um fator de risco para a exclusão social e para a reprodução das desigualdades.

No contexto escolar, especialmente na rede pública, a educação financeira não se apresenta apenas como um tema curricular, mas como uma estratégia pedagógica de grande relevância social. A escola, sendo um espaço de formação integral do sujeito, tem o papel de preparar o estudante para enfrentar os desafios do cotidiano e, nesse sentido, o domínio de noções financeiras torna-se essencial. Mais do que lidar com números, planilhas ou fórmulas, o ensino da educação financeira busca desenvolver competências relacionadas à autonomia, à tomada de decisões e à responsabilidade individual e coletiva no uso dos recursos. Assim, ao inserir o tema no ambiente escolar, a educação deixa de ser vista apenas como transmissão de conteúdos acadêmicos e passa a assumir um papel emancipador, capaz de impactar a vida prática do estudante e de sua família.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que organiza a educação básica no Brasil, incorporou a educação financeira como tema transversal, articulando-o a diferentes componentes curriculares, sobretudo à Matemática, mas também à Geografia, à Sociologia e até às Ciências Humanas de forma geral. Essa transversalidade é significativa porque rompe com a ideia de que falar de finanças é responsabilidade exclusiva de uma disciplina. Pelo contrário, o tema pode e deve ser trabalhado em diferentes áreas do conhecimento, pois se relaciona com o consumo, com a organização social, com a cidadania e com o direito de acesso a uma vida digna. Essa abordagem integrada contribui para que os alunos compreendam a educação financeira não como um conteúdo isolado, mas como parte de sua realidade social e cultural.

Entretanto, a simples presença do tema nos documentos oficiais não garante sua efetiva implementação nas práticas pedagógicas. Muitos professores ainda encontram dificuldades em trabalhar a educação financeira por falta de formação específica, escassez de materiais didáticos adequados ou ausência de metodologias interdisciplinares que aproximem o conteúdo da realidade dos alunos. Além disso, o cotidiano escolar muitas vezes é marcado por demandas burocráticas, sobrecarga de

























conteúdos e limitações estruturais que dificultam o desenvolvimento de práticas inovadoras. Nesse cenário, cabe ao professor criar estratégias que articulem teoria e prática, utilizando recursos pedagógicos que possibilitem ao aluno vivenciar situações concretas de tomada de decisão financeira, análise crítica do consumo e reflexão sobre o planejamento pessoal e familiar.

Foi a partir dessa necessidade que surgiu a proposta deste trabalho. Além da análise documental e bibliográfica sobre a presença da educação financeira na BNCC e nas diretrizes curriculares nacionais, buscou-se construir um projeto de ensino interdisciplinar voltado para alunos do ensino básico da rede pública de Parnaíba-PI. O projeto teve como objetivo aproximar os conceitos teóricos de práticas vivenciadas em sala de aula, promovendo oficinas, dinâmicas e atividades que incentivassem o estudante a compreender a importância de organizar seus gastos, diferenciar necessidades de desejos, planejar o uso do dinheiro e reconhecer os riscos do consumo por impulso.

As oficinas realizadas procuraram respeitar a linguagem e a realidade dos estudantes, utilizando exemplos próximos ao seu cotidiano, como o uso do transporte público, a compra de alimentos, o planejamento de festas escolares ou o sonho de adquirir bens de consumo. Nessas atividades, os alunos foram estimulados a calcular orçamentos, refletir sobre prioridades, analisar anúncios publicitários e discutir estratégias para economizar ou investir. A intenção não foi oferecer fórmulas prontas, mas criar um espaço de diálogo e de construção coletiva de conhecimento, onde os estudantes pudessem se reconhecer como sujeitos ativos na gestão de suas próprias vidas financeiras.

Esse movimento de transpor a teoria para a prática também reforça a função social da escola pública como agente de transformação. Ao trabalhar a educação financeira em sala de aula, a escola contribui não apenas para o desenvolvimento individual dos estudantes, mas também para o fortalecimento das comunidades onde eles vivem. Jovens mais conscientes financeiramente podem auxiliar suas famílias a organizar melhor os recursos, evitar dívidas desnecessárias e planejar o futuro com mais segurança. Nesse sentido, a educação financeira escolar extrapola os muros da instituição e repercute diretamente na vida social e econômica das famílias e do bairro.

Outro ponto relevante é a dimensão cidadã da educação financeira. Mais do que ensinar a economizar ou investir, trata-se de formar cidadãos críticos capazes de compreender como o sistema financeiro afeta sua vida. Discutir, por exemplo, como

























funcionam os impostos, as taxas de juros, os programas de transferência de renda ou as políticas públicas relacionadas ao crédito é também educar financeiramente. Essa formação crítica permite que os alunos compreendam seu papel como consumidores e cidadãos, questionando práticas de consumo predatório, refletindo sobre a publicidade e analisando como suas escolhas financeiras impactam o meio ambiente e a sociedade.

O projeto realizado em Parnaíba-PI, portanto, tem caráter duplo: ao mesmo tempo em que se ancora nas diretrizes da BNCC e nas discussões teóricas sobre a importância da educação financeira, busca oferecer uma experiência concreta de implementação pedagógica, mostrando que é possível desenvolver atividades acessíveis, contextualizadas e transformadoras dentro da escola pública. Ao relatar essa experiência, o presente artigo pretende contribuir para o debate sobre a efetividade da educação financeira nas escolas e para a construção de práticas pedagógicas que fortaleçam a autonomia dos alunos e colaborem na redução das desigualdades sociais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada se caracteriza por uma abordagem qualitativa, voltada à vivência, experimentação e reflexão crítica, considerando que a educação financeira não se limita à transmissão de conceitos, mas envolve a construção de competências e habilidades relacionadas à autonomia, planejamento e consumo consciente.

A do artigo seguiu etapas estratégicas, cuidadosamente planejadas para observar a aprendizagem significativa e contextualizada. Sobre o preparatório olímpico, a primeira fase consistiu na mobilização das escolas participantes e na identificação de alunos interessados em integrar as atividades.

Foram priorizadas instituições com maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, considerando que esse público tende a se beneficiar diretamente das práticas de educação financeira. A mobilização envolveu reuniões com gestores, professores e familiares, a fim de apresentar os objetivos do projeto, esclarecer expectativas e firmar parcerias. Em seguida, a equipe responsável pelo projeto, composta por discentes da Licenciatura em Matemática e do Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas, realizou planejamento das atividades pedagógicas.

Esse planejamento incluiu a produção de materiais didáticos adaptados à realidade dos alunos, como cartilhas, jogos educativos, planilhas de controle de gastos e roteiros de oficinas temáticas. O desenvolvimento das atividades se estruturou em



oficinas, dinâmicas e exercícios práticos, voltados para a compreensão de conceitos básicos de finanças pessoais, planejamento financeiro e consumo responsável. As atividades foram divididas em três fases, correspondentes a diferentes horizontes temporais: curto, médio e longo prazo.

Na fase de curto prazo, os alunos trabalharam com objetivos imediatos, como economia mensal ou controle de pequenas despesas, promovendo a compreensão de que metas financeiras podem ser atingidas com planejamento e disciplina. Na fase de médio prazo, foram abordadas metas de maior valor, que exigem maior organização e reflexão sobre prioridades. Já na fase de longo prazo, os estudantes foram estimulados a projetar objetivos mais ambiciosos, compreendendo como o planejamento, o tempo e a paciência contribuem para conquistas significativas.

Entre as estratégias metodológicas utilizadas, destaca-se a "Caixa de Sonhos", ferramenta em que cada aluno registrava seus objetivos financeiros, identificando-os como de curto, médio ou longo prazo. Esse recurso permitiu aos estudantes visualizar suas metas, acompanhar o progresso e refletir sobre as escolhas financeiras. Outro instrumento central foi a utilização de planilhas de controle de gastos, que proporcionaram aos alunos registrar despesas, calcular o valor necessário para atingir objetivos e analisar a viabilidade de suas decisões financeiras.

As dinâmicas e jogos educativos foram igualmente fundamentais, pois simularam situações reais de consumo, investimentos e decisões financeiras, permitindo que os estudantes percebessem as consequências de escolhas impulsivas ou planejadas. Além disso, as oficinas incluíram a participação de familiares, incentivando o compartilhamento de experiências práticas sobre orçamento familiar e fortalecendo a relação entre aprendizagem escolar e realidade social. Essa participação também visou promover uma cultura de educação financeira em casa, estendendo os impactos do projeto para além da escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece que a educação financeira deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, perpassando diferentes áreas do conhecimento e articulando-se aos componentes curriculares, de modo a estimular hábitos de organização, consumo consciente e planejamento do futuro. A presença desse tema transversal no documento normativo representa um avanço significativo, pois

























amplia a função social da escola, integrando à formação dos estudantes dimensões que vão além do domínio de conteúdos tradicionais.

A educação financeira, nesse sentido, é compreendida como um eixo de formação cidadã, capaz de influenciar diretamente a forma como os jovens lidam com recursos, planejam sua vida pessoal e interagem com a sociedade de consumo. Ao analisar o contexto brasileiro, observa-se que grande parte da população enfrenta dificuldades relacionadas à gestão financeira básica, como compreender a diferença entre juros simples e compostos, interpretar taxas de crédito ou elaborar um orçamento doméstico. Pesquisadores têm chamado a atenção para o fato de que a ausência desses conhecimentos contribui para o endividamento precoce de jovens e adultos, tornando-se um obstáculo para a conquista da autonomia. Assim, ao incorporar a temática ao currículo escolar, busca-se não apenas transmitir informações, mas desenvolver competências que possibilitem aos estudantes tomar decisões mais conscientes e responsáveis diante do uso do dinheiro e das escolhas de consumo.

Nesse cenário, a escola assume um papel ativo e estratégico. Mais do que oferecer conteúdos isolados, ela se torna responsável por proporcionar experiências de aprendizagem que possibilitem ao aluno compreender a função social do dinheiro, os riscos do consumismo e a importância de práticas de poupança e investimento. Isso significa que a educação financeira deve ser tratada como parte integrante da formação para a cidadania, na medida em que permite que o sujeito reflita sobre sua realidade, avalie possibilidades e planeje seu futuro de maneira crítica.

Além da BNCC, outras iniciativas nacionais vêm reforçando a relevância da educação financeira desde a Educação Básica. Um exemplo é o Programa Pé-de-Meia, instituído pela Lei nº 14.818/2024, que prevê o incentivo financeiro a estudantes de baixa renda como forma de estimular a permanência escolar. Ao associar transferência de renda à ideia de poupança e gestão responsável dos recursos, o programa demonstra como políticas públicas podem dialogar diretamente com o processo de formação financeira dos jovens. Essa articulação entre incentivo econômico e aprendizagem prática amplia o alcance da educação financeira, transformando-a em um instrumento de combate à evasão escolar e de estímulo à construção de projetos de vida mais sólidos. Apesar dos avanços normativos, a literatura especializada aponta desafios significativos para a implementação efetiva da educação financeira no cotidiano escolar.

Entre eles, destaca-se a falta de formação inicial e continuada dos professores. Muitos docentes não tiveram contato com conteúdos de educação financeira durante sua



























trajetória acadêmica, o que gera insegurança na hora de mediar discussões e propor atividades sobre o tema. Essa lacuna evidencia a necessidade de políticas de formação que capacitem o professorado, oferecendo-lhes tanto base teórica quanto estratégias Outro metodológicas. desafio refere-se à escassez de materiais didáticos contextualizados.

Grande parte das produções disponíveis aborda a temática de maneira técnica ou distante da realidade social e cultural dos estudantes das escolas públicas. Trabalhar com exemplos de grandes investimentos, bolsas de valores ou aplicações financeiras sofisticadas pode gerar desinteresse e distanciamento dos jovens que vivem em contextos de vulnerabilidade.

Torna-se, portanto, essencial produzir recursos pedagógicos que dialoguem com o cotidiano dos alunos, utilizando situações práticas, como o planejamento de uma festa, o controle de gastos com transporte ou a organização da mesada, para tornar o aprendizado mais significativo. Apesar das dificuldades, a literatura destaca a necessidade de práticas pedagógicas inovadoras e contextualizadas para consolidar a educação financeira no ambiente escolar. Isso significa utilizar metodologias ativas, promover dinâmicas que envolvam os estudantes na resolução de problemas reais, estimular debates sobre consumo consciente e desenvolver projetos que relacionem diretamente a teoria à prática.

A criação de oficinas, jogos educativos, dramatizações, simulações de orçamentos familiares e análises críticas de propagandas são exemplos de estratégias que tornam o tema mais acessível e envolvente. Nesse processo, é importante compreender que a educação financeira não deve ser reduzida a um conjunto de técnicas de economia pessoal, mas tratada como uma prática formativa mais ampla, que envolve valores, escolhas éticas e consciência social. O objetivo não é apenas ensinar o aluno a poupar ou a evitar dívidas, mas capacitá-lo a compreender os impactos de suas escolhas financeiras na sua vida e na sociedade.

Essa perspectiva amplia a função da escola como espaço de formação integral, reforçando a ideia de que a educação é também um instrumento de justiça social e de redução das desigualdades.

RESULTADOS E DISCUSSÕES



























A implementação da educação financeira promove impactos significativos tanto no desenvolvimento cognitivo quanto no comportamento financeiro dos estudantes. Os alunos ampliam seu conhecimento sobre conceitos fundamentais de finanças pessoais, como orçamento, poupança, consumo consciente, planejamento de metas e controle de gastos. Essa ampliação do repertório teórico é fundamental para que os estudantes possam tomar decisões mais conscientes, reduzindo a tendência ao endividamento precoce e promovendo maior autonomia financeira.

Além do domínio conceitual, o projeto desenvolveu habilidades práticas aplicáveis à vida cotidiana. Espera-se que os estudantes consigam organizar um orçamento pessoal, identificar prioridades de consumo, planejar metas financeiras de curto, médio e longo prazo e avaliar o impacto de suas decisões sobre a gestão de recursos. A utilização de ferramentas como planilhas de gastos, a "Caixa de Sonhos" e dinâmicas de simulação deve permitir que o aprendizado seja experimentado na prática, reforçando a capacidade de planejamento e tomada de decisão.

Outro resultado esperado está nas atitudes e comportamentos responsáveis diante do dinheiro. Os alunos passam a valorizar o planejamento, o consumo consciente e a disciplina financeira, incorporando esses hábitos em sua rotina diária. O contato com situações simuladas de gestão de recursos também deve estimular o senso crítico, a reflexão sobre escolhas individuais e coletivas e o entendimento das consequências de decisões impulsivas. Essa dimensão comportamental é essencial, pois transforma a educação financeira em um instrumento de formação integral do estudante, indo além da mera transmissão de conceitos.

Em síntese, os resultados esperados abrangem três dimensões principais: aquisição de conhecimento teórico, desenvolvimento de habilidades práticas e formação de atitudes conscientes. Essas dimensões estão interligadas e refletem o potencial transformador da educação financeira na formação de estudantes críticos, autônomos e socialmente responsáveis, alinhando-se aos objetivos centrais da BNCC e às demandas da sociedade contemporânea.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação financeira, quando trabalhada de forma planejada e prática, torna-se um instrumento de formação integral do estudante, contribuindo para a construção de autonomia, consciência crítica e responsabilidade social.



























A educação financeira demonstrou que é possível articular teoria e prática por meio de atividades que envolvem oficinas, dinâmicas, jogos educativos e participação familiar, proporcionando aos alunos a oportunidade de vivenciar conceitos financeiros de maneira concreta. Essa abordagem favorece não apenas o aprendizado cognitivo, mas também a formação de atitudes e comportamentos responsáveis em relação ao dinheiro, essenciais para a vida adulta e para o exercício da cidadania.

Outro ponto relevante é o potencial de replicabilidade do projeto. A documentação das atividades, estratégias e metodologias adotadas possibilita que a experiência sirva de referência para outras escolas públicas, ampliando o alcance da educação financeira e fortalecendo políticas educacionais voltadas à inclusão social e à preparação para a vida adulta. Essa perspectiva reforça a importância de iniciativas que unam legislação educacional, inovação pedagógica e realidade social, promovendo transformações significativas no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/19394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br e https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC EI EF 110518 versaof inal.pdf.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público. Brasília, 2024. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14818-16-janeiro-2024-795255-publi cacaooriginal-170861-pl.html.

BRASIL. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 11.901, de 26 de janeiro de 2024. Regulamenta a Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui o Pé-de-Meia. Brasília. Programa 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/ato2023-2026/2024/decreto/D11901.htm.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. DOI: https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5.























OLIVEIRA, Paulo Henrique de. **Educação financeira e cidadania: uma abordagem crítica no ensino fundamental.** Revista Brasileira de Educação, v. 24, p.1-18, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240042.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.

PASQUINI, R. C. G.; VITOR, N. P. Matemática e Educação Financeira: algumas reflexões acerca da necessidade e da suficiência. Boletim Cearence de Educação e História da Matemática, v. 10, n. 28, p. 01-18, 2023. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/9884/8198.

PIAZENTINI, M. S.; RAMOS, F. M.; SILVA, E. J.; CARLI, T. C. **Influência da educação financeira no bem-estar pessoal.** Revista Brasileira de Contabilidade, Ano L, n. 257, Setembro/Outubro 2022. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2022/10/RBC257 set out ESP web.pdf.

SILVA, Joana M.; MENDES, Rafael T. Educação financeira e redução das desigualdades sociais: reflexões a partir da BNCC. Revista Educação e Contemporaneidade, v. 30, n. 58, p. 456-473, 2021. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/14654.





















